

## Apresentação

### Trabalho no capitalismo contemporâneo

*Work in the contemporary capitalism*

Desde 2009 estamos experimentando mais uma das crises cíclicas do capital. Crise financeira, quebra de bancos e empresas, diminuição do ritmo de crescimento e desemprego são temas em destaque na imprensa nacional e internacional.

Apesar dos países terem gasto cerca de 34 trilhões de dólares para salvar grandes empresas e bancos, tentando, assim, recompor a economia mundial a partir da concessão a grandes corporações financeiras, comerciais e industriais de um valor correspondente a três vezes o PIB da América Latina em 2008, as condições de vida dos trabalhadores ao redor do globo não melhoraram, nem se retirou do horizonte da grande maioria dos trabalhadores dos países pobres as ameaças de desemprego e miséria, que persistem e se agravam.

É preciso, portanto, compreender a crise em uma perspectiva histórica, analisando os seus fundamentos e seu impacto na vida dos trabalhadores. O debate se torna necessário, sobretudo, diante de “esclarecimentos” que são diluídos por grupos que detêm o controle da mídia e que, em seu viés conservador e afinado com os interesses dos grandes conglomerados financeiros, industriais e comerciais, procura disseminar a idéia de que “o pior já passou” ou de que estamos vivendo uma situação anormal causada apenas por “fraudes” e “abusos”.

Neste sentido, a proposta deste número da Revista *O Social em Questão* é abordar as repercussões da crise estrutural do capitalismo contemporâneo no mundo do trabalho, tendo como referência os ciclos de acumulação e as tendências de médio e longo prazos no modo de produção capitalista, apresentando um panorama sobre o impacto desse processo para as políticas públicas e direitos sociais dos trabalhadores, ao longo dos anos 1990 e 2000. Nesta direção, a análise sobre a centralidade do trabalho na sociedade atual, identificando as mudanças conceituais sobre o trabalho a partir da reorganização contemporânea da produção capitalista, é o eixo articulador do debate.

Ela traz questões acerca das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, problema fundamental para a compreensão da questão social na atualidade e, conseqüentemente, para o entendimento dos desafios enfrentados pelo serviço social.

Percebe-se uma radicalização das desigualdades sociais, advindas, sobretudo, das mudanças na esfera do trabalho e na esfera da produção. As contradições estão mais visíveis em conseqüência das novas formas de organizar e gerir a força de trabalho. A expressão maior da questão social, portanto, centra-se na precarização das relações de trabalho e no desemprego, fazendo parte deste quadro o aviltamento das condições de vida e a redução do Estado e, conseqüentemente, dos serviços públicos.

Pode-se afirmar que a radicalidade da questão social passa, agora, por nova configuração histórica, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil. É possível também observar que as mudanças significativas que se verificam no mundo do trabalho, no Brasil, estão moldando um novo contorno à questão social. As contradições estão mais visíveis em conseqüência das novas formas de organizar a produção e a gestão do trabalho.

Percebe-se que a recomposição do capital, ao mesmo tempo em que determina um conjunto de mudanças na organização da produção e na gestão do trabalho, provoca, também, transformações nas relações sociais que se estabelecem na sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que as demandas postas ao serviço social são, igualmente, impactadas por tais mudanças, tendo em vista a particularidade da profissão, organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. Para que se avance nesse entendimento é requerida uma explicitação dos processos de radicalização da questão social neste início de século.

Tal afirmativa fundamenta-se no fato de que os assistentes sociais, nas suas diversas situações de prática, trabalham cotidianamente com as expressões da questão social, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social etc. Note-se que a questão social é entendida como desigualdade e rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem.

Esse processo abarca uma tensão entre a desigualdade e a resistência, e é nesse campo tensionado que trabalha o assistente social. Isso exige uma postura atenta quanto aos novos processos que produzem a questão social, para que este profissional possa, também, perceber as mediações necessárias à apreensão da mesma, assim

como para a projeção de formas de seu enfrentamento, nas suas mais diversas expressões cotidianas. Há necessidade de desmitificar o tratamento imediatista muitas vezes dispensado às questões que se apresentam.

Em outras palavras, só a investigação constante sobre essa realidade, em rápida mudança, pode permitir ao assistente social apreender os determinantes das múltiplas expressões da questão social com as quais lida cotidianamente. Caso contrário, sua atuação reiterará a desigualdade, através de práticas excludentes e descomprometidas com o interesse da classe trabalhadora.

Atualmente, além das mudanças substanciais que se dão no mundo do trabalho, observam-se, igualmente, modificações nas próprias análises sobre o mundo do trabalho e sobre as expressões políticas que daí se originam ou lhe são direcionadas.

Todavia, a crise que vem atingindo o mundo do trabalho é de proporções ainda não de todo assimiladas. Não foram apenas as práticas dos agentes sociais e os projetos políticos a eles relacionados os vitimados pela desestabilização. A teoria social, voltada para a compreensão daquelas práticas e projetos, também não ficou imune. Percebem-se, hoje, claramente, os limites conceituais das formulações explicativas para o entendimento do quadro em curso e a necessidade de se construir elementos analíticos adequados. Ainda que, nesse cenário, a incerteza seja a condição mais sustentável, devem ser buscadas reflexões a partir das quais sejam criadas condições para a crítica, onde, em algum ponto, a política possa existir como pensamento e como ação.

Pelo fato da recomposição do capital se dar no sentido de fragilizar, objetivamente e subjetivamente, as resistências da classe trabalhadora para alcançar a hegemonia para o seu projeto social, esta edição do *O Social em Questão* buscou contemplar estudos que possam contribuir para melhor compreender a complexidade do processo sob o qual a questão social vem se redesenhando nos dias atuais. Por isso, reunimos colaborações de diversos matizes, dedicadas a pensar aspectos constituintes do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Apresentados sob prismas metodológicos diferenciados, numa observação mais geral, os trabalhos da coleção permitem ao leitor pensar sobre questões como a teoria do valor-trabalho, o “novo capitalismo” globalizado ou a reestruturação produtiva a partir do fenômeno da financeirização do capital e seu significado para o mundo do trabalho, bem como elementos sobre o desemprego contemporâneo e a intensificação da exploração do trabalho. Aspectos sobre a resistência, organização e representação de interesses de trabalhadores brasileiros no capitalismo contemporâneo também são tratados pelos colaboradores.

Ainda nesta esteira de análises, o leitor encontrará questões não muito debatidas no âmbito das ciências sociais, mas de grande importância para a compreensão das múltiplas determinações do fenômeno trabalho na atualidade, como reflexões sobre o “trabalho político”, continuidades e descontinuidades da legislação trabalhista no Brasil recente, formação política da classe trabalhadora e dois instigantes artigos sobre economia solidária.

Tratando aspectos mais particulares, este número do *O Social em Questão* aborda o trabalho rural infanto-juvenil no sudoeste da Bahia, aponta questões sobre salário e trabalho docente, além de trazer abordagens sobre o Reuni e o Prouni como exemplos da “profissionalização ilusória das massas” e sobre a participação de mulheres na dinâmica do trabalho, não deixando de fora da coleção a relação entre o trabalho e a questão de gênero, aspecto de inegável importância para a compreensão do trabalho contemporâneo.

Os desafios para o exercício profissional do serviço social no capitalismo contemporâneo também foram “visitados” numa análise acerca da profissão inserida na sociedade capitalista atual, identificando os principais desafios para a efetivação, nos espaços do cotidiano, dos princípios e diretrizes do projeto profissional.

Questões como capitalismo e a crise ambiental e as inovações no modelo de gestão das cidades via orçamento participativo são encontradas na seção livre.

A seção de resenhas finaliza esta edição comentando livro recém lançado em Portugal sobre a história do movimento operário e sindical naquele país. Em outra resenha, as “artimanhas” do espírito do toyotismo são analisadas em obra recente sobre trabalho e subjetividade em tempos de capitalismo manipulatório, que apresenta olhar crítico sobre as novas tendências no ambiente de trabalho e desvenda um tema crucial na reestruturação produtiva do século XXI: a subjetividade do homem que trabalha.

Desse modo, aqui está: *Trabalho no capitalismo contemporâneo*.

Inez Stampa

Marco Aurélio Santana

Rio de Janeiro, setembro de 2011